



Apoio do  
Unimunicípio



*[Handwritten signature]*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA FLOR

----- **Mandato 2021/2025** -----

----- **ATA NÚMERO NOVE** -----

----- Ao vigésimo nono dia do mês de abril do ano dois mil e vinte e três, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Flor, convocada nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 30.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sob a presidência do Deputado Pedro Alexandre Morais dos Santos, Presidente da Mesa, Gracinda Fátima Fraga Carvalho Peixoto, 1.ª Secretária e Artur Manuel Pires, 2.ª Secretário. -----

----- Estiveram presentes na sessão os seguintes Deputados da Assembleia Municipal:-----

----- Carina Dinora Roças Ferreira; Ana Catarina dos Santos Ventura; Ânia Raquel Dionísio Teixeira; António Campeã da Mota; Eduardo Manuel Correia de Carvalho; Maria da Assunção Bártolo Matias; Olívia Amélia Diogo Martins; Fábio Rui Azevedo; José Albino Prodêncio-----

----- Estiveram também presentes na sessão, os seguintes Presidentes de Junta: -----

----- Fernando Amílcar dos Santos Passelra; Frederico Macedo Teixeira; Gilberto Milton Fonseca Vieira; Eurico Manuel Evaristo Trigo; Manuel António Prazeres Madureira; Armindo António Olmo; António Alexandre Adão dos Santos; José António dos Santos Ferreira; Joaquim Filipe Frutuoso Correia; Carlos José Almeida Selxas; Justino Manuel Bernardo dos Santos; Fernando Augusto Silva Braz; Francisco Manuel Germano Rodrigues.-----



----- Faltou a esta reunião o Presidente da Junta de Freguesia de Freixlel, tendo sido legalmente substituída pela adjunta Sandra Gomes -----

----- O Órgão Executivo esteve representado por: -----

----- Pedro Miguel Saraiva Lima Cordeiro de Melo, Presidente da CMVF. -----

----- Ana Sofia dos Santos Carvalho Gonçalves Ramos, Vice-Presidente da CMVF. ----

----- Luís Manuel Perelra Policarpo, Vereador da coligação ACREDITAR PPD-PSD/CDS-PP. -----

----- Fernando Francisco Teixeira de Barros, Vereador do Partido Socialista (PS)-----

----- Quintino Augusto Pimentel Gonçalves, Vereador do Partido Socialista (PS)-----

----- Constatada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Flor. -----

----- **PONTO UM: Expediente, informações e aprovação da ata N.º 8 de 28 de abril de 2023.** -----

**O Presidente da AM agradeceu a presença de todos e antes de iniciar os trabalhos deu as seguintes informações:**

- **Receção da agenda cultural do Município de Bragança; do jornal a Voz das Misericórdias e uma tomada de posição da Câmara Municipal de Bragança sobre a exigência de passagem da alta velocidade ferroviária em Trás-os-Montes. O Município de Bragança tomou essa posição que fez chegar ao Ministério dizendo que é ponto de ordem que o TGV passe pelo nosso território.**
- **Informou que todos estes jornais e revistas vão para a sala da Assembleia Municipal que estará disponível, irá conter toda a correspondência e será de uso dos Membros da Assembleia para poderem ir até lá trabalhar e receber os Municípes se assim o entenderem.**
- **Deu nota de um livro publicado pela ANAM que é da sua autoria, no seguimento de uma formação que lhes deu, que tem a ver com o papel do Revisor Oficial de Contas no Município e a sua utilidade para os Eleitos Locais. Estará também à disposição da AM.**



Handwritten signature and initials in blue ink.

- Informou, também, que tinha estado com o Senhor Presidente da Câmara Municipal no Parlamento no mês anterior, onde assistiram ao debate Parlamentar da Comissão que referiu a sua visita ao Nordeste Transmontano, nomeadamente ao distrito de Bragança e que fora muito dedicado a Vila Flor, à esperança e à intenção governamental dos seus investimentos na nossa Terra. Salientou que tinha sido uma viagem positiva.
- Referiu, ainda, que havia dois dias tinha estado, juntamente com o Deputado Campeã da Mota, os dois eleitos pela Assembleia em representação do concelho de Vila Flor, numa reunião da Assembleia Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, onde foram debatidas algumas temáticas. Uma delas foi a criação de uma Marca em que todos os Produtores dos concelhos que compreendem esta região da CIM-TTM, desde que tenham marca registada e qualidade de certificação, possam aderir gratuitamente à marca “Terras de Trás-os-Montes”. Todos os produtores do concelho que se queiram associar, basta requerê-lo.
- De seguida colocou a Ata nº8, da última sessão, a discussão e não havendo inscrições colocou a mesma a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

----- PONTO DOIS: Período antes da Ordem do Dia. -----

----- O Presidente da AM abriu as inscrições, dando de seguida a palavra à Deputada Gracinda Peixoto.-----

----- A Deputada da AM Gracinda Peixoto (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP) depois de cumprimentar todos os presentes, referiu que o Município irá novamente realizar uma Caminhada Solidária a favor da Liga Portuguesa Contra o Cancro, Núcleo Regional do Norte, que terá lugar dia 11 de junho. Informou que já havia vários patrocinadores, inclusive de Membros da Assembleia Municipal que já se tinham comprometido com esta causa solidária. Acrescentou que novamente iria contar com o apoio dos Senhores Presidentes de Junta, como sempre aconteceu.

----- O Deputado da AM José Prodêncio (PS) depois de cumprimentar todos os presentes, referiu que iria apresentar três questões antes da Ordem do Dia e que gostaria que o Senhor Presidente da Câmara se pronunciasse sobre as mesmas. Primeiramente disse gostar de saber como é que estava o Parque de Campismo, se este



ano iria funciona ou não, se era para acabar ou manter, porque, efetivamente, havia muita gente habituada a frequentá-lo e não sabia quando é que estaria funcional.

Seguidamente acrescentou que teve conhecimento de um despacho da Senhora Vice Presidente de 11 de abril, sobre a Reunião Ordinária da Câmara Municipal do dia 13, que passaria para o dia 17. Relativamente a este assunto, colocou três questões: Primeira: a Senhora Vice Presidente tinha fundamentado o seu despacho com base no art.º 40, nº4, da Lei 75/2013, mas que esse artigo diz o seguinte: *“Quaisquer alterações do dia e hora, objeto da deliberação prevista no nº2 que são as chamadas Reuniões Ordinárias, devem ser devidamente justificadas e comunicadas a todos os membros do órgão com pelo menos três dias de antecedência e por protocolo”*. Acrescentou que se o despacho foi emitido dia 11 e a reunião estava agendada para o dia 13, só havia 2 dias ou dia e meio, dependendo da hora em que foi aprovado o despacho para adiar essa reunião. Pareceu-lhe que a justificação não tinha fundamento legal, argumentando que se o Senhor Presidente estiver de férias ou doente durante longo período não haverá reuniões de Câmara? Poderia sempre delegar na Vice-presidente ou noutro. Levantou a hipótese de estarem em causa as deliberações da reunião do dia 17, que poderiam ser consideradas nulas por violação das normas legais, embora não fosse jurista e não pudesse afirmá-lo. Aconselhou que analisassem bem a questão com o jurista e que ele se pronunciasse sobre o assunto.

Por fim referiu que no portal Base GOV consta que foi adjudicada à Sociedade ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO, em 17 de fevereiro, um levantamento da situação económica e financeira do Município. Perguntou se foi concluído esse trabalho e qual o resultado-----

----- **A Deputada da AM Olívia Martins (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP)**, depois de cumprimentar todos os presentes, referiu que o Executivo tem na sua gênese vontade de inovar e era nessa certeza que deixava um desafio, visto que os apoios à natalidade quer na forma, quer no conteúdo, vindo do anterior Executivo, não resultaram no aumento de nascimentos nem nos objetivos de fixar famílias. Com a publicação dos últimos resultados definitivos dos Sensos do INE relativamente à população residente, a taxa de crescimento anual médio continua negativa e o índice de envelhecimento quase duplica. As iniciativas políticas e económicas, a seu ver, não tiveram o objetivo desejado, por isso deixa ao Senhor Presidente da Câmara um repto: porque não mudar esse paradigma e em vez de se continuar com este tipo de apoios, torná-los extensíveis



*[Handwritten signature]*

a todas as famílias no campo da habitação, emprego e à fixação das mesmas e ser mais ambicioso no apoio às famílias – da nascença até à Universidade. A integração dos emigrantes é também essencial, pois podem ser eles uma mais-valia no crescimento populacional do nosso concelho, bem como a criação de novas oportunidades para profissionais nas áreas das tecnologias, turismo e, mesmo na área agrícola que é o sector que mais riqueza cria e emprego, promover plataformas comerciais para o escoamento dos produtos. Nesse contexto, lança também um repto ao Senhor Presidente da AM de Vila Flor: *“não estará na hora de ouvirmos quem toma as decisões políticas, económicas e administrativas, diligenciando vossa Excelência para audição nesta AM das seguintes ou outras entidades que vossa Excelência entenda: a CCDRN, a CIM, a Associação de Municípios e a Desteque, entre outras, que nos tragam informação como devemos atuar sobre a atualidade que se vive no seu território como, por exemplo, os apoios do PRR.* -----

Frisou que este Executivo tem uma grande preocupação com uma necessidade básica que é a água, tanto para o consumo doméstico como consumo agrícola. O fator das alterações climáticas traz aos nossos agricultores uma nova forma de aproveitamento da água. Temos vindo ao longo dos anos e fazendo uso das barragens, armazenando água necessária quer para uso doméstico quer para uso agrícola. Disse, também, que apesar dos investimentos, ainda é pouco e continua muito preocupada com o abandono ou o não aproveitamento do investimento já feito, na barragem da Ferradosa, em Santa Comba da Vilariaça, que continua a verter água, completamente abandonada ao destino de quem ali tem terrenos agrícolas ou da própria natureza que aos poucos vai tomando conta do espaço. Por fim perguntou ao Senhor Presidente da Câmara qual o estado da obra do alteamento da barragem da Burga e do Cerejal para qual o Executivo anterior alocou nove mil e trezentos euros. -----

----- O Deputado da AM António Campeã da Mota (PS) depois de cumprimentar todos os presentes referiu que por dever de ofício, leu com toda a atenção a Ata n.º 5, do corrente ano, relativa à Reunião da Câmara Municipal de Vila Flor, realizada no dia 6 do mês de março. Referindo-se ao processo de aprovação do Projeto de Execução e Procedimento de Concurso Público Internacional para a construção das infraestruturas hidráulicas do Aproveitamento Hidroagrícola de Freixiel, permitia-se dizer que o diálogo entre o Sr.º Presidente da Câmara Municipal, representando o “Poder” eleito por vontade dos munícipes em setembro de 2021 e o atual Sr.º Vereador Fernando Barros, representante do “Poder” até essa data, deveria ser de leitura obrigatória para qualquer aprendiz de político, grupo no qual se incluiu. Disse que, na verdade, o importante era a utilização do “Poder” para se fazer o melhor pela vida quotidiana dos nossos



concidadãos, pois se um teve no seu exercício a sagacidade de perceber a oportunidade de iniciar este processo em 2015, o outro teve e tem a sabedoria de em 2021 lhe dar continuidade em favor daqueles que irão beneficiar do investimento. Acrescentou que lhe fez lembrar aquilo que uma famosa pensadora do século XX, Hannah Arendt, entendia serem os elementos fundamentais da condição humana: *“Nós não existimos sozinhos, somos todos diferentes uns dos outros, aparecemos e um dia desaparecemos, mas entre esses dois momentos, existimos num espaço de transição e temos de nos interessar pela terra e de construir o mundo em comum”*. Disse que não estranhassem que se tenha referido ao “Poder”, pois tal como ela, entende que o “Poder” corresponde à capacidade humana de agir em concertação com os outros e ser construtor de um mundo que se quer melhor para todos e esse devia ser o objetivo da política, quer na aprovação, quer na crítica. Referiu, ainda, que pela sua parte não se eximirá a elogiar o que considerar bem feito, sem que se confunda com bajulação, nem se esquivará a crítica leal no que considere ser passível de melhorar. Acrescentou que tudo isso vinha a propósito de, na passada 4.ª-feira, ter sido distribuído na Assembleia da CIM Terras de Trás-os-Montes, uma brochura de magnífico aspeto gráfico, sobre produtos com selo da marca Terras de Trás-os-Montes. A distribuição gerou um coro de indignação pelos presentes que consideraram não verem refletidos na publicação os melhores produtos da região em geral e dos seus concelhos em particular, responsabilizando a CIM por tal falha, o que também é muito português: *“nunca interiorizamos como nos envolver para melhorar, mas ficamos muito satisfeitos por rapidamente encontrar as falhas e os responsáveis”*. Acrescentou que da referida publicação constavam 35 produtos repartidos por oito tipos, de acordo com a sua espécie. Que Vila Flor apenas estava representada por um único produto: azeite da marca OLMAIS, de St.ª Comba da Vilariça. No seu entender era pouco, muito pouco para a realidade do concelho. Realçou que tinha falado atrás em “Poder” como a capacidade de agir, lançando ali um desafio pois o “Poder” não estava só do lado da Mesa daquela Assembleia, estava também do seu lado. Concluiu dizendo que *“cada um de nós tente inverter o retrato produtivo constante na brochura dos produtos Terras de Trás os Montes, para que na próxima edição Vila Flor tenha o lugar que merece”*.-----



----- O Deputado da AM Eduardo Carvalho (Coligação “Acreditar” PPD/PSD-CDS/PP) depois de cumprimentar todos os presentes referiu que nos últimos dias todos os presentes puderam testemunhar que em Vila Flor, nas comemorações do 25 de abril, o dia da Liberdade, que foram e serão sempre dias de esperança, construiu-se Democracia e respirou-se Liberdade, dando os parabéns ao Senhor Presidente e a toda a equipa que dirige. No país e aqui nomeadamente, os Vilaflorenses começaram a compreender que o 25 de abril, afinal, era do povo e que não tinha qualquer outro dono. Acrescentou que seria uma injustiça esquecer o 25 de novembro que pôs fim ao período revolucionário em curso e às intenções imperialistas da ex União Soviética, os ditos democratas. O 25 de novembro fez com que o 25 de abril não ficasse amarrado, amordaçado e dominado por um regime totalitário que se pretendia instalar no nosso país. Esse ato corajoso permitiu o reconhecimento e a afirmação da democracia, no entanto havia ainda um longo caminho a percorrer. Vila Flor ao viver assim o Dia da Liberdade, contrastou com os espetáculos degradantes e indignos que se têm vivido na casa da Democracia, a Assembleia da República, condenando as atitudes de alguns, destacando-se o “Incendiário” Presidente da Assembleia da República, segunda figura da hierarquia do Estado. Acrescentou que não era de estranhar, pois tinha presente os incontáveis episódios de um dos principais “caceteiros” que acompanharam o ex. Primeiro-Ministro José Sócrates. Sublinhou que era triste ver alguém “*rasgar as vestes sabendo nós aquilo que sempre praticou. Vila Flor e as suas gentes souberam dar uma lição de urbanidade, de respeito, democracia e liberdade a esses governantes que afinal não governam, destroem o nosso país, mandato após mandato, não saindo de cena do palco dos espetáculos ridículos e degradantes que nos oferecem todos os dias*”. Ainda sobre o 25 de abril, acrescentou que se as comemorações de 2022 foram marcantes para todos nós uma vez que foram as primeiras desde a mudança dos destinos do nosso concelho, as deste ano foram ainda mais porque se registou o significativo aumento de participação e a aproximação de eleitos e eleitores, contribuindo assim para um reforço do poder democrático e dos Órgãos Autárquicos. Acrescenta que assim devia ser a Democracia, competindo a todos, Presidentes e Deputados, começar a preparar e viver os cinquenta anos do 25 de abril de 1974, a sua herança da liberdade e da democracia, pois reunindo todos os esforços e a boa vontade do povo, abril viverá, não sendo demais



*Handwritten signature in blue ink.*

afirmar que em Vila Flor respeta-se abril, liberdade e Democracia. *"Viva o 25 de abril, viva a liberdade, vivam todos os democratas do concelho de Vila Flor"*.-----

----- A Deputada da AM Ânia Telxela (Coligação "Acreditar" PPD/PSDCDS/PP), depois de cumprimentar todos os presentes, quis deixar um esclarecimento. Notificou que começou a exercer funções de Técnica Superior no Município de Vila Flor através de um concurso de mobilidade interna ente órgãos, razão pela qual ponderou renunciar ao Mandato quando assumiu funções técnicas no Município. Acrescentou que por uma questão ética não pretendia acumular funções de elaborações de documentos que posteriormente tivessem de ser apreciados e deliberados naquele órgão. No entanto e após assumir funções como Técnica, verificou que as funções Técnicas que lhe estavam atribuídas em nada influenciava as suas funções políticas enquanto membro da AM. Posto isto, esclareceu que continuará a desempenhar as suas atribuições na qualidade de Deputada Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Vila Flor e Nabo, Justino Santos (Coligação "Acreditar" PPD/PSDCDS/PP) depois de cumprimentar todos os presentes e como representante de todos os Presidentes de Junta da ANAF, apelou às Juntas que não são sócias da ANAF que levassem o assunto a reunião do executivo da Junta e de Assembleia, porque ser sócio da ANAF traz vantagens para as Juntas de Freguesia e em 14 existentes no concelho, só 5 é que são sócias: Seixo de Manhoses, Vale Frechoso, Rolos, Vila Flor e Vilas Boas. Alertou para o facto de no valor que recebem do FEF, vêm lá uns acréscimos que foram conquistas da ANAF a nível nacional para todas as Juntas de Freguesia. No seu entender, a percentagem de juntas sócias da ANAF deveria subir dos 30% 40% para 70 a 80% a nível nacional, pois os Açores e a Madeira estão nos 100%, o Alentejo, Algarve e a zona de Lisboa ronda os 70 a 80% e a região do Norte, principalmente Trás-os-Montes, está muito abaixo desses valores. Acrescentou que gostaria que os presidentes de Junta levassem o assunto a reunião, porque a cota anual é 0,06% daquilo que recebem do FEF e quando precisarem de uma parecer da ANAF, qualquer informação ou formações que já existem na região, poderiam estar presentes gratuitamente. Apelou a todos que se inscrevessem na Associação e que a Junta de Vila Flor se dispõe a ajudar nas inscrições.



----- O Presidente da AM começou por saudar a Deputada Ânia Teixeira pela ética e moral que ali demonstrou, louvando o seu exemplo de intervenção, pois ao estarmos em Instituições destas temos de respeitá-las, dar-mo-nos ao respeito e isso depende de cada um de nós.

Relativamente à Senhora Deputada Olívia, referiu que desafiou a Mesa para que fossem criadas um conjunto de audições, quer com as Entidades CCDR, CIM e DESTEQUE ou outras. Acrescentou que essa pretensão fica registada, que havia intenção de fazer coisas já pensadas, sendo uma delas avançar com a Transmissão em direto das Assembleias, que não era algo que dependesse de nós, a Assembleia já o deliberou, mas há um tempo que decorre de munir condições técnicas e um conjunto de situações, não é só pôr uma câmara de filmar em direto, obriga-nos a criar um arquivo digital que fique registado e a Câmara Municipal está a tratar dessa situação. Uma das iniciativas que a mesa estava a ponderar criar era o "Parlamento Jovem", um protocolo que é feito com as escolas, que já existe com a Assembleia da República e com muitos Municípios. O objetivo seria a integração, a literacia dos Órgãos, pois se havia um Órgão que nasceu com o 25 de abril em termos do poder Autárquico, foi a AM, pois as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia já existiam, embora os seus membros não fossem eleitos democraticamente. O cidadão comum desconhece a utilidade, o funcionamento, a composição e para que seve este Órgão Autárquico. No seu entender, a colaboração com as escolas, os Eleitos e Membros desse Órgão podem fazer um trabalho interessante. Fazer uma Assembleia de Jovens onde depois serão eles a constituir a Mesa, a fazer as intervenção, o Executivo e nós a ajudar, julga que pode ser um projeto pedagógico. Sublinhou que vão protocolar e talvez dar mais informações já numa próxima AM com mais rigor e mais detalhe.

Referiu, ainda, que quando esteve na BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa) em representação do Município com o Senhor Presidente da Câmara, tiveram a felicidade de receber o Senhor Presidente da República no dia de Vila Flor, no Pavilhão de Vila Flor e a provar os azeites de Vila Flor, integrados no Stand das Terras de Trás-os-Montes que tem nove concelhos, cada um com destaque num dia da Feira, cabendo a Vila Flor o 1º dia. O Senhor Presidente da República esteve lá, quis provar os azeites e foi, de facto, algo muito bom para o nome da nossa Terra que registamos com muita satisfação. ----



----- O Presidente da CMVF depois de cumprimentar todos os presentes, iniciou a sua intervenção referindo que a Dra. Gracinda Peixoto veio falar-nos num assunto que, infelizmente, conhecemos demasiadamente bem. Acrescentou que existe uma Liga Portuguesa que é um exemplo e deixou na AM um agradecimento à ação permanente, constante e já com muitos anos, que a Dra. Gracinda Peixoto tem tido junto dessa Entidade em defesa dos que sofrem com esta doença.

Respondendo ao senhor Deputado José Prodêncio relativamente ao Parque de Campismo, disse que a sua recuperação era uma preocupação do Executivo. Já tinham conseguido retirar duma forma pacífica todos os ocupantes para, em primeiro lugar, exercer uma atividade relacionada com a segurança, pois a Câmara nem conseguia fazer um seguro da forma como aquele parque estava delineado, pois havia a condição arbustiva, por exemplo, que era um dos problemas. Também o mesmo acontecia com a própria distribuição dos Campistas que não era ordenada e isso devia ser uma preocupação de todos. Sublinhou que já se está a trabalhar para o transformar e inovar, assim como a zona envolvente, a Quinta da Fonte do Olmo, que em breve teriam o prazer de mostrar aquilo que se pretende, que é transformar aquela pérola em algo identitário para Vila Flor e que já existe um preço formulado de várias Entidades e Organismos do Estado e da Educação, por exemplo, para connosco poderem seguir esse intuito.

Quanto ao adiamento da Reunião de Câmara, segundo o seu entendimento e o dos técnicos da Câmara, tudo foi feito na base da Lei, não lhe restam dúvidas, contudo iriam verificar as suas questões.

Relativamente ao levantamento que foi encomendado, disse que ainda não foi entregue pela respetiva empresa.

No que respeita à intervenção da Deputada Olívia Martins, falou em intuitos que eram realmente propósitos do atual Executivo. *“Da natalidade à universidade”* era um dos chavões do seu Programa Eleitoral, estando a trabalhar-se num Regulamento que seja capaz de realmente dar um apoio não só ao ato do nascimento, da natalidade em si, mas também à continuidade dos estudos com o acompanhamento da família e, evidentemente, que a habitação também tem a ver com isso. Acrescentou que tinha acabado de se adjudicar à CPI, que é uma empresa que trabalha nesse setor, a persecução do 1º direito para tentar renovar um pouco o nosso parque habitacional/



*[Handwritten signature]*

social e poder disponibilizar-se rendas acessíveis, tanto a jovens como a não jovens. Quanto às audições na AM, só podia ali deixar uma nota muito positiva, que faz todo o sentido.

Em relação às barragens, informou que tiveram recentemente uma reunião com as Entidades competentes do alteamento da Burga, tendo indicações muito favoráveis no que diz respeito à aprovação da Lei-quadro de Água, que é um dos elementos fundamentais para poderem prosseguir para o projeto e para a obra.

Respondendo ao Deputado Campeã da Mota, disse que também concorda, pois o diálogo dessa ata em particular demonstra que realmente os projetos não são de pessoas, são sim do povo e para o povo, para um propósito, naquele caso para o desenvolvimento de Vila Flor como um todo e mais em particular do Vale de Freixiel e Vieiro. Acrescentou que nesse projeto o importante era dignificar todos aqueles que desde 2015 se dedicaram a este processo que foi muito complexo e muito laborioso e que espera que este Executivo dê a sua contribuição singela para a sua execução. Quanto ao que disse sobre os Produtos Terras de Trás-os-Montes, não podia concordar mais, ou todos vestem a camisola e realmente veem que há valor acrescentado em ter os seus produtos nessa montra que por acaso estava muito bonita, mas que isso era uma decisão dos produtores. Relativamente aos outros produtos, é de opinião que seria de valorizar, nem que fosse para realçar a iniciativa, porque os produtos de Vila Flor são tão vastos, tão bons que iriam dignificar esse livrinho e duplica-lo. Lembra que na Feira Expo Vila tiveram 80 produtores, desde vinhos, azeltes, queijos, enchidos, frutas, amêndoas e mel. Relembrou que é a iniciativa dos produtores que eleva o nome de Vila Flor a outro patamar e aproveitou o momento para saudar todos esses produtores de Vila Flor que realmente trabalham todos os dias para dignificar o nosso nome comum. Respondendo ao Deputado Eduardo Carvalho, agradeceu-lhe a menção das comemorações do 25 de abril e aproveitou para deixar também um registo, um agradecimento, um voto de louvor às comemorações do 25 de abril tidas no dia anterior no centro Cultural, porque foi realmente um momento tocante para quem esteve presente, havendo a entrega de várias associações do concelho. Resultante da sugestão dada por um Técnico Superior que foi acarinhada, “depóis de regada” desabrochou naquilo que foi uma celebração e que, na sua opinião, duvida que tenha existido por esse país fora uma entrega não só de quem esteve em palco, mas de quem esteve na



plateia. *“Foi uma autoestrada com dois sentidos. Batiam-se palmas no final às 120 pessoas em palco, que por sua vez batiam palmas à plateia. No final todos juntos a cantaram a Grândola Vila Morena. Foi um momento único, um momento muito especial, quero deixar aqui um agradecimento ao Técnico que teve a ideia, por não ter tido problemas em partilhá-la, porque sabia que iria com certeza pelo menos ser ouvida. Houve uma comunhão de valores nessa noite extraordinária e o que me deixa mais motivado e alegre para as futuras comemorações dos 50 anos, foi a pedagogia que se exerceu nessa noite. As crianças, além de participarem como atores nas peças que houve e nas demonstrações que foram executadas pelas Associações, interiorizaram a mensagem. O 25 de abril tem que ser vivido no futuro com muito e todo o respeito que todos temos pelo seu passado, temos é que motivar as novas gerações para que o vivam no futuro, para que os seus valores perdurem e para que cumpramos de uma vez por todas o que falta cumprir do que foi prometido, nomeadamente a Educação, a Saúde para todos, há muito ainda a fazer e as crianças têm que interiorizar isso, nós somos todos abril em Vila Flor”.*

Acrescentou uma palavra de louvor à Iniciativa do Senhor Presidente da AM sobre a criação de um Parlamento Jovem que vai ao encontro daquilo que há para fazer em Vila Flor, para que realmente os jovens, as crianças não olhem para a política da maneira que está a ser olhada hoje em dia, mas sim como a persecução de valores nobres e a função pública como sendo uma função ou onde alguém se entrega ao exercício da mesma ou seja, servir.

Congratulou-se, também, com as palavras do Senhor Presidente da AM sobre aquilo que tem sido um esforço muito grande do Município, do Executivo, de todos os colaboradores na promoção deste concelho e é bom de vez em quando também receber essas palavras, pois todos os dias há um esforço de muita gente para levar o nome de Vila Flor longe, o mais longe possível, pois só assim se consegue catapultar Vila Flor e realmente chegar mais longe.-----

----- O Deputado da AM José Prodêncio (PS) agradeceu os esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara, mas referiu que não ficou em nada esclarecido. Primeiramente porque não sabia quando abria o parque; segundo porque embora o parque fosse um bairro de lata, tinha a frequência de milhares de pessoas todos os anos



e projetava o concelho internacionalmente. Saliu que é um complexo que tem de ser defendido.

Quanto ao adiamento da reunião de Câmara, disse que a legislação foi respeitada em parte, apenas alertou para situações destas que podem criar problemas ao Município.

Relativamente ao levantamento da situação económica e financeira do Município, referiu que o senhor Presidente disse que ainda não lhe foi entregue o relatório. Ele questionou se já tinha sido feito, pago e quando vinha. -----

----- A Deputada da AM Olívia Martins (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP) refere que o livro está muito bonito, que se congratula porque está lá um produto de Santa Comba da Vilarça, mas que gostaria que estivessem lá outros produtos também merecedores. Acrescentou que aquele produto - azeite, provém de uma quinta com vários prémios a nível internacional na categoria de "Biológico" e só demonstra que o proprietário tem uma visão estratégica da forma como se deve internacionalizar um produto de qualidade.

----- O Senhor Presidente da JF de Santa Comba da Vilarça, Fernando Brás (PS), após cumprimentar todos os presentes, agradeceu à Deputada Olívia Martins por ter levantado a questão do alteamento da barragem da Burga e da construção da barragem do Cerejal e confessa que se sente bastante preocupado pois há um atraso para já de 2 anos e só queria manifestar essa preocupação. Recomendou a leitura de um estudo que foi coordenado pela DEGADRE que tem a ver com as alterações climáticas que se chama "*Conhecer para prever o futuro*", sublinhando uma das suas conclusões que a manterem-se as alterações climáticas tal como elas estão, remete para dois cenários. Lembra, também, o que já falou em fevereiro do ano passado: na zona da barragem da Burga, a taxa de adesão naquela zona é de 152%, o que quer dizer que não há reservas de água que resistam e acrescentou que mais de 80% da economia de Santa Comba da Vilarça, uma freguesia do concelho de Vila Flor, depende da área regada por aquela barragem. Considerou isso um assunto muito sério e que devia estar muito mais adiantado.-----

----- O Presidente da AM quis deixar um esclarecimento na qualidade de membro da Assembleia da CIM desde 2008. Refere-se à questão da qualidade das Terras de Trás-



os-Montes que já tem alguns anos, que foi acompanhando e que passa um testemunho para deixar um sentido de justiça. O selo das Terras de Trás-os-Montes aparece no seguimento de uma ideia de criar uma marca de Trás-os-Montes e à semelhança do que foi feito com a marca Açores, não sabe se vai ter esse desfecho, se vai ter o mesmo futuro, pessoalmente pensa que não, pois de facto há estigmas com os quais não se consegue lutar. Acrescentou que por muito que haja selos, a marca “Vila Flor” vende mais azeite do que qualquer selo, diria até que vende mais azeite do que a marca do Douro. A marca “Vila Flor” é um símbolo do qual beneficiamos, usufruímos e temos que manter e sustentar para que assim perdure. Deu como exemplo outros símbolos da região, como a alheira de Mirandela, o fumeiro de Vinhais e a cereja de Alfândega da Fé. Sublinhou que na presente data, o único produtor de Vila Flor que aderiu à marca “Terras de Trás-os-Montes”, tem uma qualidade e visibilidade que não se deve à marca “Terras de Trás-os-Montes”, mas sim à qualidade do seu produto e do investimento, feito pela própria empresa, com o seu marketing pessoa. Referiu que o produtor vende o seu produto sem precisar desse selo. Que a sua utilização apenas acontece na promoção que é feita pelas “Terras de Trás-os-Montes que, fora disso, não precisava dele, que não era só um benefício para o produtor.

Dirigindo-se ao Deputado Campeã da Mota, justificou porque é que exigiu responsabilidade aos funcionários da CIM em ir ter com os produtores, ir saber dos produtores, porque nem toda a gente sabia disso. Referiu, ainda, que a CIM fez um investimento onde previa gastar ao longo de anos e, se não lhe faltava a memória, cerca de 1.7 milhões de euros, pagando com isso os stands, as feiras, a funcionários e o combustível. Acrescentou que e têm esse dinheiro para gastar e vão gastá-lo, que foi nessa crítica que o fez e na desresponsabilização das Autarquias, não é trabalho destas, devem ser o fio condutor para que esses funcionários sejam conduzidos claro pelo staff da Câmara e dar o contacto dos produtores mas há um trabalho que eles têm que fazer, porque eles têm lá o dinheiro e vão gastá-lo, então que o gastem chegando ao maior número de pessoas possíveis. Desafiou o Deputado Campeã da Mota, no seguimento da última intervenção do Senhor Presidente Fernando Brás quando fala de um atraso de 2 anos, entende que o atraso é superior a oito anos e que o Senhor Deputado Campeã da Mota, no ano transato, tinha trazido à Assembleia um levantamento que trazia numa agenda, onde constava o caudal das barragens todas da região e, apesar de estarmos



0  
ch  
j

em crise, lembrava-se que apresentou também o caudal da Barragem da Burga e portanto se tiver esses dados que os possa trazer numa próxima se assim o entender, era importante para termos a noção dos valores, um trabalho que nos trouxe muito bem feito e que na altura a si o tranquilizou porque apesar de estarmos todos alarmados com a falta de água, ficou satisfeito e tranquilo porque efetivamente ainda havia reservas de água no nosso território. De seguida deu a palavra ao Senhor Presidente da CMVF.

----- O Presidente da CMVF começou por responder ao senhor Deputado José Prodêncio dizendo que não queria entrar em troca de palavras, mas a expressão referida não foi utilizada por si, mas sim por muitas pessoas em Vila Flor que lhe deram os parabéns por realmente limpar o Parque de Campismo. Talvez fossem palavras mal empregues, não queria com isso ofender nada nem ninguém, mas quem é honesto, quem vive cá, quem o frequentava como ele teve o prazer de o frequentar quando era miúdo, sabe que veio a decair ao longo dos anos, que era preciso ser recolocado dentro duma perspetiva ambiental, dentro de um Parque Natural e que em breve, será apresentado devidamente a todos na AM.

Quanto ao segundo ponto, continua a reiterar que tudo foi cumprido, mas de qualquer forma tomarão em consideração as suas palavras e irão verificar se está tudo conforme os Serviços da Câmara aconselharam e, à partida, estava tudo conforme.

Quanto ao relatório, val também saber se foi pago ou não e será enviada diretamente à sua pessoa ou partilhada a todos os membros da AM, se assim acharem bem. Relativamente à intervenção da Deputada Olívia, a expressão não foi sua, os produtores de vinho do Douro e do Porto não conseguem colocar o seu produto na mesma prateleira que um vinho de Trás-os-Montes, porque tem outro tipo de colocação de mercado e de valor. Os produtores escolhem não estar naquele livro, os de vinho pelo menos, os de azeite pontualmente poderão querer estar, mas ali também secundariza as palavras do Presidente da AM, pois é um trabalho que a CIM deverá levar a cargo, mas que também se nós acharmos que é uma mais valia podemos defendê-lo junto dos produtores e também auscultá-los para ver se eles se revêm ou não na estratégia delineada.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Santa Comba, referiu que sobre a questão do atraso não iria fazer comentários, o que lhe podia dizer era que estavam comprometidos completamente, bem assessorados no intuito e na persecução



do objetivo do alteamento da Burga e da Barragem dos Cerejais, que a evolução do processo não dependia da CMVF, disso podia ter a certeza absoluta. Se demora tempo a ter verificações, de saber qual a melhor estratégia de apresentação da solução, isso já ultrapassa totalmente a CMVF e o seu Executivo. Deixou uma certeza, que queria que ficasse bem vincada, era que estão comprometidos totalmente com a solução. Que bastava olhar-se para a construção de qualquer aproveitamento hidroagrícola, como o caso do Alqueva ou da Barragem Redonda das Olgas que começou em 2015 e se tudo correr bem, será entregue em 2025, após 10 anos. Isso não se devia à Câmara, à sua assessoria, pois por esse motivo já estariam feitas completamente. Acrescentou que o nosso estado tem dois lados, o lado que vê o que o Senhor Presidente da Junta aqui disse e que é verdade, sentimos na pele as alterações climáticas, a necessidade de armazenar água quando ela cai. Disse estar desse lado, mas depois também havia o lado mais ecológico e que se calhar também terá a sua razão da proteção da fauna e da flora no curso ecológico de todos os ribeiros e rios e que argumentam que o problema das alterações climáticas está a ser agravado pela construção de barragens. O Estado ficava no meio, estávamos sempre a andar para a frente e para trás, mas que ficasse bem claro porque isso é que não poderia permitir que não ficasse assim. A entrega do Município tem sido total e se não evolui mais depressa não tem nada a ver com os serviços da Câmara nem com a assessoria que a Câmara tem, porque nisso estavam a 100%. -----

----- O Deputado da AM António Campeã da Mota (PS), referindo-se às palavras do Senhor Presidente da AM, disse que as suas palavras não foram de modo algum uma crítica à posição que assumiu na CIM. O que quis dizer não foi isentar a CIM das responsabilidades que naturalmente tem em todo este processo, foi apenas apelar a que todos nós também participássemos nessa ação e que não ficássemos numa posição passiva, mas sim diligenciar proactivamente para uma futura publicação mais digna para o concelho. Relativamente à questão do nível das águas das Albufeiras, acrescentou que lamentavelmente mudou de agenda, mas pode-se comprometer, se assim a AM o entender, de futuro em todas as outras AM trazer o ponto de situação das disponibilidades hídricas das Albufeiras, sobretudo das que nos dizem respeito comparando com o resto do território Transmontano.-----



----- A Deputada da AM Olívia Martins (Coligação "Acreditar" PPD/PSD-CDS/PP) referiu o quanto esta AM estava a ser Interessante e deixou mais um apelo, *"vamos tratar do nosso tecido económico que é extremamente importante, todo ele gira à volta da agricultura, é necessária a água, temos aqui pessoas que nos podem ajudar e todos nós podemos fazer se quisermos algo pelo concelho e pelo território"*. Disse que focou a natalidade, o apelo à família, a desertificação, a mortalidade elevada, o problema da água que é algo que a si lhe dói é ver água a escorrer sem ser utilizada, a questão da seca e principalmente neste momento a parte económica. Disse que todos podem ajudar com mais elementos, com mais interação, não só da parte das Juntas de Freguesia, das Associações Agrícolas existentes que funcionam muito bem e do nome que vende além-fronteiras que é Vila Flor.-----

----- O Senhor Presidente da JF de Santa Comba da Vilarça, Fernando Brás (PS) esclareceu que não se trata de fazer críticas a ninguém, há efetivamente um atraso de 2 anos, considera que há por uma razão muito simples, se calhar devia haver algum sentido de risco e estar a elaborar o projeto de execução em simultâneo e estaríamos a ganhar tempo para depois executar a obra. Era nesse aspeto que falava. Relativamente aquilo que demora uma barragem, em 2014 a Câmara de Vila Flor e a Câmara de Alfândega da Fé financiaram a fotografia aérea onde viram que as condutas do perímetro da Burga tinham extravasado e foi a partir daí que começaram a justificar o alteamento da Barragem da Burga e a construção da Barragem dos Cerejais.-----

----- O Presidente da CMVF frisou que não levou isso como crítica, só quis sublinhar o comprometimento e dizer que opiniões são opiniões, o projeto deveria ter sido feito também, se calhar, há mais tempo se houvesse sentido de risco, que a Câmara tomou essa decisão ponderadamente no devido lugar com as pessoas que têm assento, assessorados e o futuro com certeza nos dará razão.-----

----- Período da ordem do dia: -----

----- PONTO TRÊS PONTO UM: Atividade Municipal - Informação nos termos do N.º 2, da alínea C, do artigo 25º da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Abertas as inscrições, tomou a palavra o Deputado da AM Eduardo Carvalho (Coligação "Acreditar" PPD/PSDCDS/PP). Referiu que em relação a este ponto quis



Handwritten signature and initials in blue ink.

destacar a aquisição de novos equipamentos, a admissão de novos colaboradores e a gestão prestígio e responsável deste Executivo, que tem permitido uma melhoria substancial das limpezas das ruas e dos mais variados espaços públicos, incluindo os jardins, esperando-se a sua requalificação da sua maioria. Destacou, também, a retirada de reclames luminosos das bombas da Avenida. Acrescentou que era uma questão de justiça registar os trabalhos realizados pelas Juntas de Freguesia sem exceção, porque verifica-se, de facto, que há uma grande preocupação na limpeza e requalificação de todos os espaços. As estradas municipais que foram esquecidas durante longos períodos de tempo, começaram a evidenciar o esforço que tem sido feito para melhorar a limpeza de bermas e a sua segurança com a colocação de barreiras de proteção nos locais de maior perigo, contribuindo assim para uma maior segurança. Saliu que nas piscinas Municipais, no parque de campismo e no parque do Peneireiro, o corte de árvores que não ofereciam grande segurança foi uma boa opção, como será também uma opção a considerar a renovação de toda a área envolvente da albufeira, uma vez que o número de árvores que se encontram secas e outras bastante debilitadas é elevado. Estava certo que eram obras indispensáveis e que o Senhor Presidente e a sua equipa terão em linha de conta. Finalizou a sua intervenção dizendo que gostaria de saber o que é que o Executivo tem a dizer em relação a estes pontos.-----

----- O Presidente da CMVF registou com agrado as palavras do Deputado Eduardo Carvalho sobre a limpeza urbana, que era também uma das suas preocupações diárias, mas nesse caso concreto não era o Executivo merecedor dessas palavras, mas sim as pessoas que realmente andam na rua todos os dias, que as limpam, porque elas têm brilo naquilo que fazem e querem que Vila Flor se transforme cada vez mais e que traduza o seu nome naquilo que é a prática diária de ser uma Vila cada vez mais limpa e acolhedora. Deixou esse registo aos colaboradores da CMVF, alguns deles com bastante esforço pessoal, que se dedicam diariamente à limpeza da nossa Vila e a orgulham. Acrescentou que também recebem de quem nos visita esse tipo de comentários, o que é salutar. Quanto ao tema da proteção civil, destacou novamente os colaboradores da CMVF que se muito se empenham, nomeadamente os Sapadores, na limpeza de bermas, lembrando a estrada que vai para Sampaio. Referiu que também estavam a trabalhar na que vai para Roios, que eram trabalhos bastante complexos, intrusivos porque entram naquilo que por vezes as pessoas pensam que é de foro privado e não é,



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

porque 10 metros para lá da estrada é da competência da Câmara a sua limpeza, o que está a ser feito, porque as bermas têm que estar limpas. Sallentou que ainda bem que alguém nota que esse trabalho está a ser feito porque é trabalho de formigulha, trabalho que ninguém nota porque não incomoda, se fosse uma erva que batesse no retrovisor aí já incomodava, agora esse trabalho realmente vai dar frutos não imediatos, mas é um investimento. Informou que também há um grande investimento na gestão de faixas de combustível, que era uma oportunidade para quem pudesse ou quisesse. Disse que as caminhadas estavam em voga, então porque não ir caminhar e ver as faixas de gestão de combustível que o Município estava a executar com meios próprios e pessoal próprio? Deixou ali um voto de louvor e de agradecimento às equipas de proteção civil da CMVF e também de limpeza, porque realmente é um trabalho árduo e que não é para todos.

Quanto à gestão arbórea, informou que presentemente era uma das competências e responsabilidades da CM, que não era de há muito tempo, que se vão adquirindo competências novas no dia-a-dia, por vezes aquilo que não interessa, mas também aquilo que consegue fazer melhor e essa era uma delas. Sallentou que até o património arbóreo tem que estar devidamente elencado e o estado fitossanitário das árvores. mas também para que ninguém tenha que enfrentar responsabilidades a esse nível.----

----- O Presidente da AM regozijou-se com o ponto número um da Atividade Municipal, não podendo deixar de o fazer com o tema que tem a ver com a água de rede que chegou a Meireles. Como freguês de Vilas Boas, era de facto um marco muito importante para aquela população, que foi com agrado particular ver chegar água de rede e que não consegue descrever a alegria daquele povo. Disse querer deixar publicamente este regozijo pessoal que sentiu com essa obra. Também quis deixar uma nota, ao Senhor Presidente, ao Executivo e um elogio a todos os que estão envolvidos nestes eventos de tão grande qualidade. Apelou que houvesse uma melhor divulgação para que todos os cidadãos pudessem usufruir, que eram espetáculos de uma qualidade extrema, que no litoral se pagava muito dinheiro para assistir a muitas das coisas que aqui se fazem de gratuitamente e, portanto, deveria haver um esforço adicional para que cheguem a mais pessoas para que possam usufruir daquilo que tem sido a vossa atividade e promoção dos eventos. -----



Q  
A  
J

----- **PONTO TRÊS PONTO DOIS: Pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal - Edificação destinada a Empreendimento Turístico - Hotel localizado na Quinta da Ribeira de Lodões - Discussão e Votação.** -----

----- O Presidente da AM questionou se alguém queria intervir sobre este ponto dando de seguida a palavra ao Senhor Deputado José Prodêncio.-----

----- O Deputado da AM José Prodêncio (PS) questionou os Senhores Deputados se por acaso se lembravam da vindo deste ponto à última AM e que tinha tomado a iniciativa de pedir ao Senhor Presidente a sua retirada, porque faltava informação que devia ter vindo com o pedido, pois quem faz o pedido tinha que apresentar elementos que permitissem saber que tipo de empresa era, que foi precisamente o que aconteceu com o Município do Pombal, um caso semelhante, tendo sido perfeitamente razoável o pedido. Depois de virem as contas da empresa que quer ser classificada de utilidade pública Municipal, analisaram as contas e constataram que o balanço revelava um capital próprio sólido, que tinha muitos milhões de euros, que a demonstração de resultados evidenciava um resultado líquido de catorze milhões de euros, que esse resultado líquido estava influenciado pela inclusão de treze milhões e oitocentos mil de subsídios relativamente ao exercício do ano 2021. Disse desconhece qual o montante global dos subsídios, que apenas sabia que treze milhões foram imputados àquele exercício. Não havendo estes subsídios, o resultado líquido da empresa que quer reconhecimento da utilidade pública Municipal, seriam duzentos mil euros. Salienta que não têm nada contra a atribuição de subsídios, porém quando qualquer uma das nossas micro pequenas empresas se candidata a um subsídio de cem mil ou duzentos mil euros “cai o Carmo e a Trindade” e portanto que vissem qual era o privilégio de algumas empresas no país. Na medida em que essa empresa apresenta um resultado líquido de catorze milhões, sendo treze milhões e oitocentos mil de subsídios, em princípio la-se abster na atribuição desta classificação, porque esta classificação abre portas para mais subsídios. A AM depois que se pronunciasse. -----

----- A Deputada da AM Ânia Teixeira (Coligação “Acreditar” PPD/PSDCDS/PP) refere que se está a falar de um investimento privado de seis milhões no nosso concelho, além da criação de trinta e oito postos de trabalho para gente da nossa terra.-----



Handwritten signature and initials in blue ink.

----- O Presidente da AM manifestou-se sobre este tema, está consciente que foi uma boa prática adiar esse tema e trazê-lo novamente à AM pelo respeito e liberdade do Órgão e sua autonomia. Informou que já teve um parecer da CCDR, assim como o Senhor Deputado, que já o leu e já trocaram algumas opiniões sobre o mesmo e, de facto, havia ali uma questão que é um ponto claro, o assunto devia ser ponderado, criar um Regulamento Municipal para este tema, pois a Lei prevê que haja um Regulamento Municipal para a atribuição de benefícios fiscais e de estatuto de interesse Municipal. Deixou essa nota para que no futuro estejam devidamente regulamentadas as regras e assim facilitar os Eleitos na sua tomada de posição e sentido de voto. Acrescentou que havia ainda dois assuntos em relação a esta matéria: uma coisa era a concessão de benefícios fiscais e isso já estava tutelado por um conjunto de regras, nomeadamente naquilo que são impostos Municipais, a isenção de IMT, retenção de IMI, taxas, licenças, um conjunto de gastos que as Entidades têm, e outra coisa diferente, a seu ver, que era o estatuto de interesse Municipal. Para ele uma coisa não interfere com a outra. Nesse sentido e no seguimento do que a Deputada Ânia Teixeira disse, 38 postos de trabalho e um investimento de seis milhões, julga que merece uma reflexão e merece que se atraia esse investimento. Finalizou dizendo *"venha o investimento, irei votar favoravelmente. Quanto aos benefícios fiscais, se assim vierem a ser solicitados, cá estaremos para os discutir"*.-----

----- O Presidente da CMVF referiu que cabia à AM decidir, que não lhe cabia emitir nenhuma opinião, só informou que em sede de Câmara Municipal foi unanimemente aprovado de interesse público Municipal e foi enviada à AM, que é soberana e deverá decidir por conta própria.-----

----- O Presidente da AM colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com duas abstenções. -----

----- PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Cedência Temporária do espaço destinado a exploração de Restaurante, Bar e Esplanadas das Piscinas Descobertas - Discussão e Votação.-----

----- O Presidente da AM questionou se alguém queria intervir e não havendo inscrições colocou o ponto a votação tendo o mesmo sido aprovado por Unanimidade.-



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

----- PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Cedência Temporária de exploração do Bar de Apolo ao Centro Cultural - Discussão e Votação.-----

O Presidente da AM abriu as inscrições, a mesa não registou qualquer intervenção e após o ponto ser colocado a votação, foi aprovado por Unanimidade.-----

----- PONTO TRÊS PONTO CINCO: Pedido de Isenção de IMT- Resíduos do Nordeste, EIM - Discussão e Deliberação. -----

----- O Presidente da AM abriu as inscrições e deu de seguida a palavra ao Deputado José Prodêncio.

----- O Deputado da AM José Prodêncio (PS) referiu que não só em relação à Resíduos do Nordeste, mas a qualquer empresa do concelho que tenha imóveis que sejam afetos à atividade comercial ou industrial, todas elas na sua opinião, devem merecer a isenção do Município e em relação a essa estava de acordo com a isenção. —

----- O Presidente da AM colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por Unanimidade. -----

----- PONTO TRÊS PONTO SEIS: Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Vila Flor - Discussão e Aprovação.-----

----- O Presidente da AM abriu as inscrições e não registando qualquer intervenção, colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por Unanimidade-----

---- PONTO TRÊS PONTO SETE: Prestação de Contas e Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício do ano 2022 da Câmara Municipal de Vila Flor - Discussão e Votação.-----

----- O Presidente da AM abriu as inscrições e deu de seguida a palavra ao Deputado José Prodêncio.-----

----- O Deputado da AM José Prodêncio (PS) referiu que relativamente a este ponto, para além do que consta da certificação legal de contas emitia pelo seu colega ROC, em que as reservas e ênfases alerta para algumas irregularidades e aponta sugestões para a melhoria de procedimentos, destacando o resultado líquido negativo no exercício de quinhentos e sessenta e um mil euros, o que já não acontecia há anos, mas quem está nesta AM há muitos anos sabe qual é a sua posição em relação a um resultado negativo num exercício do Município. Pode não refletir uma má gestão desde que esse resultado negativo resulte de trabalhos em benefício da qualidade de vida dos Munícipes, mas no caso em apreço era preciso avaliar se efetivamente esses gastos vêm daí ou se virão de



*Handwritten signature in blue ink.*

gastos à grande e à francesa que não se justificam. Ressaltou que o Senhor Presidente da AM sabia que a análise de qualquer conta de gerência carece da consulta de documentos de suporte, mas esse resultado ainda aparecia subavaliado do resultado líquido, tal como dizia a certificação legal de contas do ROC, que o balanço evidencia dezasseis milhões relativos a investimentos em curso e que por isso não são sujeitos a depreciações/amortizações para evitar as correções dos quais apenas obtiveram evidência de cinco milhões, o que queria dizer que destes dezasseis milhões, se contabilizassem as depreciações, em vez de quinhentos mil teríamos seiscentos ou setecentos mil. Por esse motivo teríamos de saber se esse prejuízo é compensado por melhorias das condições de vida dos seus Municípes.-----

----- O Presidente da AM disse que fez uma leitura rigorosa e crítica sobre as contas. Referiu que devíamos olhar para os números de uma forma crítica para nos podermos pronunciar sobre os mesmos e que, de facto, havia duas comparações e duas leituras que não podia deixar de fazer. Uma delas era a análise patrimonial da entidade e, por outro lado, fazer uma análise daquilo que é a atividade, pois se a atividade for grande, estava refletida em números nesses documentos, mas se a atividade for menor estava, também, naturalmente refletida em números no documento, por isso umas contas que estejam bem-feitas, devidamente certificadas, não tinham como não ser aprovadas. Acrescentou que quando olhava para o Património do Município, via que a 31 de dezembro de 2022, em dinheiro, estavam lá quatro milhões, duzentos e trinta e oito mil, seiscentos e trinta e oito euros; que no ano transato estavam quatro milhões e cem, que o saldo até tinha aumentado cem mil euros, que em 2020 três milhões e novecentos e se comparassem o ano 2020 com 2022, teriam cerca de trezentos mil euros a mais e se fossem comparar com 2019, porque efetivamente o 2020 não é comparável com nada visto ter sido um ano de Covid, mas para serem razoáveis, teriam de ir a 2019, ano em que o saldo era de dois milhões e setecentos e em 2022 quatro milhões e duzentos. Esse era um marco que registava positivo, com satisfação e depois iria fazer a mesma comparação naquilo que é o reflexo da atividade. Acrescentou que, efetivamente, se devia olhar para essa demonstração de resultados e o resultado líquido era efetivamente negativo e como já tinha dito, e bem, o Deputado José Prodêncio, o resultado líquido é negativo, fruto do peso das depreciações, que eram um gasto que não se tem, não se paga, mas tem que ser contabilizado e reconhecido. O resultado



Handwritten signature in blue ink.

antes das depreciações era positivo em quase um milhão de euros, o que queria dizer que aquilo que a Câmara Municipal recebeu em 2022, comparado com o que gastou, ainda ficou com um milhão, ou seja, recebeu mais um milhão de euros do que aquilo que gastou. Quanto ao peso das depreciações, chamou à atenção da AM para uma questão que já vinha do mandato anterior. A reserva que o seu colega ROC tinha vindo a pôr ano após ano, pelo menos havia uma dúzia de anos, era uma reserva sobre os ativos fixos tangíveis sobre o que era o Património do Município, que não se pronunciava sobre o Património, que não tinha informação suficiente para dizer se aqueles milhões, trinta e nove milhões, se eram mais, se menos, porque não havia uma cadastração do inventário do Município, embora soubesse que havia essa intenção, julgando que até já estivesse em curso, pedindo ao Senhor Presidente da Câmara que visse para quando previa que estivesse feito, pois esse trabalho ira ajudar a ter duas realidades: a primeira a verdadeira situação patrimonial do Município, quais eram os bens e qual a sua valorização e com isso registar, devidamente, na contabilidade e então aí sim, termos as depreciações corretas e o peso que isso ira ter, o queria dizer que se o Património for menor que quarenta milhões, o peso anual ira ser menor, se o Património duplicasse ou crescesse, o peso das depreciações ainda iria ser maior. O enfoco terá que ser sempre no resultado operacional e não tanto no resultado líquido, porque senão iríamos verificar, quer neste Município, quer pelos Municípios deste país, que o resultado líquido do exercício por norma dificilmente é positivo, a não ser que o Município tenha pouco Património.

----- O Deputado da AM José Prodêncio (PS) referiu que estavam numa aula pedagógica, que o Senhor Presidente da AM disse aquilo que lhe apeteceu dizer, agora queria acrescentar mais um bocadinho: as depreciações ou amortizações para qualquer empresa era aquilo que o Governo ou Estado permite que se desvalorize do Património que temos do ativo fixo tangível, mas quando estas amortizações surgem é porque efetivamente o Património desvaloriza, era um custo efetivo só que não era uma despesa. Quando às amortizações, são feitas corretamente, que esse resultado que aparece ali era muito superior, o que iria ampliar o resultado líquido negativo, que deixasse meios libertos na mesma até acreditava, mas na verdade era que uma desvalorização do Património.



Handwritten signature in blue ink.

----- O Presidente da CMVF agradeceu aquela aula de contabilidade que ali lhes foi descrita e como era uma pessoa pragmática e exercia uma função executiva, realçou os números que interessavam e que tinham a certeza é que se gastou menos que aquilo que se recebeu na CMVF. Depreciações à parte, irão corrigir, com certeza, todas essas deficiências, o que interessava era reter isso, porque era isso que as pessoas precisavam de saber. Acrescentou que só iria fazer um parêntese porque, às vezes, era uma questão de português, mas sobre a expressão que o Senhor Deputado José Prodêncio utilizou de “grande e à francesa”, pedia-lhe para repensar, porque era isso que lançava a dúvida em quem conhece menos e que eles tinham a obrigação de não baralhar, mas de informar. Repetiu que a CMVF gastou menos um milhão de euros do que aquilo que recebeu e, evidentemente, vinham as amortizações e iriam chegar, um dia, ao valor real delas e a ver o que realmente valiam. Disse que também achou interessante e reteve números da leitura da última página. A CMVF, a 31 de dezembro de 2022 tinha depósitos líquidos de 4.2 milhões de euros, que comparado com todos os anos transatos, em 2019 por exemplo, 2.8, portanto achava que esses números informavam e não baralhavam. Disse que não quis de forma alguma corrigir o seu Português, não alimentar a desinformação e achava que um Órgão como esse devia informar e fazer uma análise, pois havia mais atividades que eram favoráveis aos Municípios, que estavam a ser desenvolvidas ações, obras, serviços que realmente interessavam desenvolver, com realce a nível da ação social. Recordou que havia transporte para todos os que precisavam, não somente aqueles que precisavam mais ou que estavam numa situação de maior debilidade; que olhando para os Senhores Presidentes de Junta, todos eles sabiam o esforço, o trabalho que estava a ser feito, até poderia não ser muito visível, mas para isso acontecer era preciso a vontade de muitos, a vontade do projetista que fez o desenho, a vontade de quem o assinou, a vontade dum fundo comunitário e a vontade dum Executivo para o cumprir. Acrescentou ainda que a CMVF arrecadou um milhão de euros no ano transato, apesar das atividades que levou a cabo, apesar de tudo aquilo que tem vindo a fazer e que é benéfico para as pessoas, fazendo a diferença e, acima de tudo, que fará a diferença no futuro. Disse referir-se a feiras de promoções, que ainda naquele dia estava a decorrer, uma atividade que passou completamente ao lado, que ninguém falou nela, que teve pena. O balonismo podia parecer que tinha alguma coisa a ver com engenharia aeronáutica, mas nada tinha a ver com isso nem era



Handwritten signature in blue ink.

uma predileção pessoal, era sim a vontade de querer levar o nome de Vila Flor mais alto e mais longe e o balonismo tinha-nos levado a “prime-time” no canal 1, durante 5 minutos. Referiu desconhecer quanto é que isso valia, que não iria pôr números ao que não sabia, só queria dizer a realidade: em 2022 o saldo positivo antes das amortizações foi de um milhão de euros e na conta 4.2.

----- O Presidente da AM colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado com três abstenções.-----

Informou, ainda, que quanto ao Ponto Três Ponto Oito, iria ser retirado, porque até aquele momento não lhe fizeram chegar a Certificação Legal de Contas e entendeu a Mesa que os documentos não estavam completos e se não estavam completos não se discutiam e não se votavam, portanto iria à AM de Junho. -----

----- PONTO QUATRO: Período de Intervenção do Público.-----

----- O Presidente da AM informou a iriam passar para o Ponto Quatro, o Período do Público, registando a inscrição de um munícipe que quis usar da palavra, o Senhor Munícipe Duarte Brás.-----

----- O Senhor Munícipe Duarte Brás depois de cumprimentar todos os presentes, fez um reparo à Ata nº6 de 2022, onde dizia que o nome do seu Projeto carecia de correção. Outro reparo relativamente a esse projeto foi o seguinte: que foi apresentado já há quase três anos e não visava o Património Imaterial, mas sim o Património material. Relativamente às perguntas, disse que receberam de várias Juntas de Freguesia, com os Presidentes das mesmas ali presentes que já o confirmaram, um ofício a pedir uma reunião para a descrição detalhada e aprovação ou não por parte dos interessados. Lembrou que esse trabalho foi pedido pelo Senhor Presidente em novembro do ano passado por email oficial de cada Junta de Freguesia interessada, coisas que algumas Juntas de Freguesia fizeram. Acrescentou que naquele momento queria que lhe avançassem com uma data em concreto, pois o seu trabalho foi pedido várias vezes pelo Senhor Presidente, pedindo que fosse objetivo e conciso, que lhe desse uma data de uma vez por todas, um sim ou um não.-----

----- O Presidente da AM questionou se mais alguém do público queria usar da palavra. Não havendo esse registo agradeceu a todos pelas intervenções e pela forma como decorreu a presente AM.



*[Handwritten mark]*

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da AMVF deu por encerrada a sessão,  
da qual se lavrou a presente ata. \_\_\_\_\_

*[Signature]*  
O Presidente da Mesa

\_\_\_\_\_  
(Pedro Alexandre Morais dos Santos)

O 1.º Secretário

*[Signature]*  
\_\_\_\_\_  
Gracinda Fátima Fraga Carvalho Peixoto)

O 2.º Secretário

*[Signature]*  
\_\_\_\_\_  
(Artur Manuel Pires)